



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 16/06/2026

BREVES COMUNICAÇÕES

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada registrou a mobilização de trabalhadores da saúde de Porto Alegre (RS) pela equiparação dos valores do vale-alimentação entre o Grupo Hospitalar Conceição e o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, além da manutenção do benefício para afastados pelo INSS e da ampliação do auxílio. Também destacou o lançamento da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas pelo Governo Federal, com foco na prevenção da violência, na promoção da dignidade e na articulação de políticas públicas. Defendeu o fortalecimento da Política Nacional de Cuidados, o auxílio para cuidadores de beneficiários do BPC e a ratificação da Convenção Internacional sobre Envelhecimento Humano, pendente de deliberação no Congresso.

Eduardo Velloso (SOLIDARIEDADE - AC) - O Deputado destacou os 64 anos de emancipação do Acre e afirmou que o Estado enfrentou dificuldades relacionadas à infraestrutura e ao desenvolvimento econômico. Relatou problemas nas BR-364 e BR-317, consideradas essenciais para o escoamento da produção agropecuária, e cobrou maior atenção do Governo Federal para a recuperação das rodovias. Também comparou o desempenho econômico do Acre ao de Rondônia, defendendo a ampliação das condições para produção rural e agricultura familiar. Argumentou que restrições enfrentadas por produtores em áreas de reserva limitaram o crescimento local e apontou a integração logística com o Peru, por meio de Pucallpa, como oportunidade estratégica para ampliar o comércio e fortalecer a economia acreana.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 3.318, de 2025, que acrescenta dispositivos à Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS), para garantir o Benefício de Prestação Continuada — BPC às crianças e adolescentes com deficiência, independentemente da renda familiar per capita. Argumentou que o benefício deveria ser reconhecido como um direito da criança, diante das necessidades de tratamento, acompanhamento especializado e garantia de qualidade de vida. Também afirmou que muitas famílias enfrentam dificuldades para conciliar os cuidados com os filhos e a atividade profissional. Apelou ao Congresso pela votação da proposta, sustentando que a medida contribuiria para assegurar dignidade e proteção social às crianças com deficiência.

Welter (PT - PR) - O Deputado defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que trata da redução da jornada de trabalho, argumentando que a medida ampliaria o tempo de descanso e convivência familiar dos trabalhadores. Além disso, destacou iniciativas voltadas ao desenvolvimento regional



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

por meio da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Citou a criação de uma frente parlamentar sobre o tema e experiências desenvolvidas no Paraná, com apoio da Itaipu e da Sustentec, para incentivar a produção e a prescrição de plantas medicinais já reconhecidas pela Anvisa. Sustentou que a ampliação dessa política no SUS poderia fortalecer a agricultura familiar, reduzir a dependência de importações e estimular cadeias produtivas ligadas aos biomas brasileiros.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado comentou a rejeição de uma segunda proposta de delação apresentada por Daniel Vorcaro, apontando que investigadores teriam considerado insuficientes as provas apresentadas. Mencionou declarações atribuídas ao empresário envolvendo supostos pagamentos indevidos a agentes públicos e relacionou o caso às discussões sobre a criação de uma CPMI para apurar operações ligadas ao Banco Master. Também citou a Operação Compliance Zero e o advogado Daniel Monteiro, investigado no âmbito do caso, além de questionar contratos e decretos relacionados ao crédito consignado em diferentes entes federativos. Defendeu a realização de investigações parlamentares sobre o tema e informou que articulava a criação de uma CPI na Câmara Municipal do Rio de Janeiro para aprofundar a apuração dos fatos.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado destacou a expansão do Programa Minha Casa, Minha Vida na Bahia e anunciou a destinação de 750 novas moradias para Municípios da região que representa. Relembrou sua atuação como Prefeito de Guanambi (BA), quando participou da entrega de 2.354 unidades habitacionais, e ressaltou o impacto da política de habitação para famílias de baixa renda. Relatou que, após articulações junto ao Ministério das Cidades, foram contemplados os Municípios baianos de Pindaí, Piripá, Feira da Mata, Ibiassucê, Sebastião Laranjeiras, Condeúba e Malhada. Também citou a liberação de moradias para Urandi (BA) em etapa anterior. Por fim, afirmou que seguirá atuando para ampliar o acesso à casa própria em Municípios do interior baiano.

Aluisio Mendes (REPUBLICANOS - MA) - O Deputado parabenizou as forças de segurança do Maranhão pela rápida elucidação do homicídio do empresário Laércio Muller Rocha Ferreira, ocorrido em Imperatriz. Destacou a atuação integrada das polícias estaduais, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, que resultou na prisão dos suspeitos e no esclarecimento do caso. Também manifestou solidariedade à família da vítima. Além disso, registrou a realização da 19ª Cavalgada de São João do Paraíso (MA) e as comemorações pelos 68 anos de emancipação de São João Batista (MA), destacando entregas de obras e ações das administrações municipais. Por fim, reconheceu investimentos do Governo do Maranhão em infraestrutura e serviços públicos na região.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado registrou a presença, em Brasília(DF), de uma comitiva do Município de Urandi, no sudoeste da Bahia, liderada pelo Prefeito Warlei Oliveira e pelo Vice-Prefeito Sinha da Banana. Destacou a participação de Vereadores e representantes locais em agendas junto a órgãos federais, como o FNDE e o Ministério das Cidades, em busca de novos investimentos para o Município. Informou que Urandi (BA) foi o primeiro Município baiano contemplado pelo novo programa Minha Casa, Minha Vida, com a construção de 45 moradias, e relatou que a gestão municipal buscava ampliar o número de unidades habitacionais. Também atribuiu à atual administração avanços em áreas como infraestrutura e saúde, além de reconhecer a mobilização da comitiva na captação de recursos federais.

Luiz Couto (PT - PB) - O Deputado chamou a atenção para a situação de servidores da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) que atuaram no combate e controle de endemias, mas não foram contemplados pela Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias (Gacen), criada pela Lei nº 11.784, de 2008. Destacou a contribuição de diferentes categorias profissionais, incluindo equipes técnicas, administrativas, de logística e apoio, para ações de enfrentamento a doenças como malária, doença de Chagas e febre amarela. Relatou que o combate às endemias resultou de um esforço coletivo e exigiu reconhecimento compatível com essa atuação. Por fim, defendeu a Gacen aos servidores da Funasa admitidos antes da descentralização do órgão, com pagamento da gratificação após a aposentadoria.

Dilceu Sperafico (PP - PR) - O Deputado manifestou apoio a Marechal Cândido Rondon, no oeste do Paraná, e parabenizou a cidade pela realização de uma grande exposição agropecuária e da festa do boi no rolete, previstas para os dias 24 e 26 de julho. Além disso, destacou a força da região na produção de proteínas e convidou o público a participar do evento, que, segundo afirmou, valorizou o Município e consolidou sua relevância produtiva.

Inácio Arruda (PCdoB - CE) - O Deputado informou a tramitação do Projeto de Lei nº 2.936, de 2026, que autoriza a utilização de veículos destinados ao transporte escolar, adquiridos ou mantidos com recursos de programas federais, para o transporte intermunicipal e interestadual de estudantes da educação profissional, tecnológica e superior. Destacou que muitos universitários, especialmente no Nordeste e no Ceará, percorriam longas distâncias para frequentar instituições públicas e, em diversos casos, abandonavam os cursos por não conseguirem arcar com os custos de deslocamento. Relatou que o projeto teve origem em iniciativa do ex-Deputado João Ananias, foi atualizado e contou com diálogo com entidades estudantis, como a União Estadual dos Estudantes, a UNE, diretórios centrais e centros acadêmicos. Por fim, defendeu a aprovação da proposta para ampliar o acesso e a permanência de estudantes na educação superior.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

Raniery Paulino (REPUBLICANOS - PB) - O Deputado registrou o centenário de José Carlos da Silva Júnior, ex-Senador e ex-Vice-Governador da Paraíba, destacando sua trajetória empresarial e atuação pública voltadas ao desenvolvimento do Estado. Ressaltou a contribuição do homenageado na geração de empregos e na formação de um legado institucional na Paraíba. Também chamou atenção para dados sobre violência contra pessoas idosas no Brasil, com mais de 180 mil denúncias em 2025, muitas ocorridas no ambiente familiar, e aumento dos casos na Paraíba. Relacionou o tema à proteção de idosos e pessoas com deficiência. Além disso, informou a deliberação de audiência pública sobre a interiorização de serviços da Funad e políticas de acessibilidade no Estado.

Marcelo Nilo (REPUBLICANOS - BA) - O Deputado afirmou que a Bahia teria registros de irregularidades em compras de respiradores realizadas durante a gestão do ex-Governador Rui Costa, citando pagamento antecipado de cerca de R\$ 48,7 milhões sem entrega dos equipamentos. Mencionou apurações do Ministério Público Federal e envio de casos ao Supremo Tribunal Federal, além de suspeitas de desvios de recursos públicos. Relatou ainda alegações sobre evolução patrimonial e investimentos pessoais do ex-gestor. Também criticou medidas administrativas e programas de crédito consignado associados a políticas estaduais. Ao final, registrou críticas ao Partido dos Trabalhadores e defendeu mudanças no cenário político da Bahia e do País.

Paulo Guedes (PT - MG) - O Deputado registrou a visita da Deputada Masefako Clarah Dikgale e de outros Parlamentares da África do Sul ao plenário da Câmara, ressaltando a atuação da convidada na promoção do empreendedorismo, no fortalecimento do ambiente de negócios e na presidência da Comissão de Desenvolvimento de Pequenas Empresas. Além disso, desejou boas-vindas à comitiva, mencionou a expectativa de futura visita ao Parlamento sul-africano e agradeceu a presença de todos.

Ismael (PL - SC) - O Deputado ratificou a satisfação em celebrar os 166 anos de Itajaí, cidade de grande relevância econômica em Santa Catarina, com um dos portos mais concorridos do Brasil. Além disso, homenageou o povo itajaiense pela força empreendedora e pela trajetória de desenvolvimento do Município.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado registrou que a crise econômica instalada no Brasil e citou indicadores como inflação elevada, juros altos, endividamento das famílias e aumento da dívida pública, além do impacto sobre o custo da cesta básica. Criticou a Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que trata da redução da jornada de trabalho, afirmando que a medida afetou trabalhadores formais e informais, incluindo garçons que dependem de gorjetas e segmentos com alta informalidade. Também mencionou o fechamento de estabelecimentos comerciais, a automação em serviços e comparações com países da América Latina.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

Associou o cenário à carga tributária e defendeu mudanças na condução das políticas econômicas e trabalhistas no País.

Heitor Schuch (PSD - RS) - O Deputado registrou a presença do Vereador Beto Lemos e de Bruno Passos, de Taquara, no Rio Grande do Sul, e elogiou o projeto Conexão Mulher, realizado em Santa Cruz do Sul. Além disso, destacou a formatura de 48 agricultoras familiares em temas como liderança feminina, cooperativismo, educação financeira, comunicação e políticas públicas, ressaltando o fortalecimento pessoal, comunitário e associativo promovido pela iniciativa. Por fim, parabenizou as entidades envolvidas e homenageou as mulheres formandas.

Marcon (PT - RS) - O Deputado recebeu uma comitiva de Novo Xingu (RS), formada pelo Vice-Prefeito e por três Vereadores, e informou que participaria de audiência com o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, para tratar de exames, especialidades e cirurgias voltados ao agricultor do meio rural. Além disso, ressaltou que, em Municípios agrícolas, a falta de tempo para atendimento na cidade agravou a demanda por esse tipo de serviço e agradeceu a presença das autoridades locais, reafirmando apoio do mandato ao Município.

Paulo Guedes (PT - MG) - O Deputado rebateu críticas da Oposição e afirmou que a taxa de juros era definida pelo Banco Central, não pelo Governo Lula, além de sustentar que o salário mínimo havia crescido acima da inflação no atual mandato, ao contrário do Governo Bolsonaro. Também destacou a queda histórica do desemprego, a retomada de obras e programas sociais, o avanço na educação e a saída do País do mapa da fome, atribuindo esses resultados à gestão de Lula e ao reconhecimento internacional do Presidente.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado afirmou que os indicadores econômicos do País mostraram juros de 14,5%, IPCA de 8,2%, dívida pública em 100% do PIB e salário mínimo entre os piores da América do Sul, além de a cesta básica superar metade do piso salarial. Atribuiu a veículos de imprensa e ao Estado de São Paulo os dados apresentados e concluiu que a situação econômica não permitiria resultados positivos no curto prazo.

Paulo Guedes (PT - MG) - O Deputado contestou críticas ao Governo Lula, destacando a melhora dos indicadores econômicos e sociais do País. Sustentou que, ao final do Governo Bolsonaro, as taxas de juros eram elevadas e não houve aumento real do salário mínimo. Além disso, defendeu que o Governo Federal tem gerado empregos, ampliado a renda e criado oportunidades para a população. Por fim, condenou a divulgação de informações falsas pelo bolsonarismo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

Sérgio Turra (PP - RS) - O Deputado defendeu a imparcialidade do Poder Judiciário como princípio essencial da democracia. Ademais, destacou que decisões da Corte Suprema de Cassação da Itália, no processo de extradição da ex-Deputada Carla Zambelli, e das Justiças espanhola e americana questionaram a imparcialidade objetiva do Supremo Tribunal Federal (STF). Por fim, declarou que não estava atacando o Poder Judiciário, mas preservando sua autoridade moral.

Claudio Cajado (PP - BA) - O Deputado parabenizou o Prefeito Roberto Venâncio, a primeira-dama Cristiana e a Secretária de Educação Janilda Ferreira pelos resultados da gestão municipal de Tapiramutá (BA). Destacou o reconhecimento do Município como um dos destaques do Programa Escola em Tempo Integral, relacionado à Meta 6 do Plano Nacional de Educação. Além disso, ressaltou a trajetória pessoal do Prefeito, desde a infância até sua formação em Direito e reeleição ao cargo.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado saudou a presença, na Câmara dos Deputados, de Léo Síndico, pré-candidato a Deputado Federal pelo Partido Novo no Espírito Santo, e de Ney Flecha, pré-candidato a Deputado Estadual. Ademais, elogiou a atuação do Partido Novo em defesa do ex-Deputado Daniel Silveira, do Projeto de Lei da Anistia e dos ex-Deputados Alexandre Ramagem e Eduardo Bolsonaro. Além disso, apontou que a legenda representa de forma coerente o eleitorado brasileiro de Direita.

Henderson Pinto (UNIÃO - PA) - O Deputado criticou as ações de fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) contra produtores rurais no Pará, classificando-as como truculentas e incapazes de resolver o impasse fundiário na Amazônia. Ademais, cobrou do Governo Federal a destinação de recursos para a regularização fundiária e ambiental como forma de garantir segurança jurídica aos produtores. Além disso, reivindicou melhorias na Transamazônica e na BR-163, especialmente no trecho entre Santarém (PA) e Rurópolis (PA). Por fim, manifestou solidariedade às famílias prejudicadas pela fiscalização federal e pediu apoio do Congresso Nacional para resolver a situação.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada destacou dados do Relatório Mulheres na Música 2026, do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), sobre a participação feminina no mercado da música. Reconheceu o aumento do número de mulheres cadastradas e dos valores distribuídos em direitos autorais, mas alertou para a persistência de desigualdades de gênero, ressaltando que as mulheres representam apenas 6% dos titulares de direitos autorais. Ademais, defendeu a ampliação de políticas públicas direcionadas à equidade de gênero no setor musical, com fortalecimento de mecanismos de fomento, acesso



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

à formação e justiça na distribuição dos direitos autorais. Por fim, destacou os impactos dessas desigualdades sobre as mulheres negras e reafirmou a importância da cultura e da música para a sociedade brasileira.

Henderson Pinto (UNIÃO - PA) - O Deputado celebrou o aniversário de fundação de Santarém (PA), que completou 365 anos em 22 de junho. Destacou sua trajetória pessoal no Município, onde nasceu, estudou, formou família e iniciou sua vida pública. Ademais, elogiou a cidade pela força do agronegócio, do comércio e de seu povo, bem como por suas belezas naturais, especialmente as praias de Alter do Chão.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado saudou a presença, na Câmara dos Deputados, de Leno de Jesus, Presidente da Câmara Municipal de Sarandi (RS), e de Neno Nunes, Vereador do Município. Destacou a parceria política com as lideranças locais e sua destinação de recursos para a cidade, especialmente o repasse de R\$ 550 mil ao hospital municipal. Por fim, reafirmou seu compromisso de continuar trabalhando em prol da população sarandiense.

Zé Vitor (PL - MG) - O Deputado contestou a avaliação positiva do Governo Federal, sustentando que os dados atuais indicam piora da situação econômica do País. Além disso, apontou índices de endividamento e inadimplência de famílias, brasileiros negativados, empresas inadimplentes, recuperações judiciais e dificuldades enfrentadas por produtores rurais. Ademais, criticou o aumento da dívida pública e da carga tributária, atribuindo o cenário à má gestão das contas públicas. Por fim, defendeu responsabilidade, planejamento e compromisso com a verdade para recolocar o Brasil na rota do desenvolvimento.

Marcon (PT - RS) - O Deputado criticou a família Bolsonaro e defendeu a responsabilização do ex-Deputado Federal Eduardo Bolsonaro por coação no processo relacionado à tentativa de golpe de 2022. Ademais, elogiou as ações do Governo Federal para a reconstrução do Rio Grande do Sul, especialmente a entrega de moradias em Viamão (RS) e a assinatura de ordens para a construção de mais de 2 mil casas em diversos Municípios. Por fim, celebrou o compromisso do Presidente Lula e do Ministério das Cidades com as famílias atingidas e com a política habitacional no Estado.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado apelou ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e ao Governo Federal pela construção de uma ponte seca na BR-290, em Eldorado do Sul (RS). Sustentou que a obra ajudaria no escoamento das águas e reduziria os impactos das enchentes sobre moradias, comércios e atividades econômicas do Município. Além disso, mencionou a mobilização do Prefeito Ernani Gonçalves, da Vereadora



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

Daiane Gonçalves e de lideranças locais em defesa do projeto. Por fim, defendeu a urgência da medida para proteger a população atingida pelas cheias.

Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS - DF) - O Deputado parabenizou a Governadora Celina Leão pela criação do programa GDF na Sua Porta, que busca aproximar o Governo do Distrito Federal da população. Destacou a realização da ação em Planaltina (DF), com oferta de serviços públicos e atendimento direto de demandas da comunidade por Secretários e representantes do Governo. Por fim, elogiou a iniciativa como forma eficiente de ouvir os moradores e buscar soluções com mais agilidade.

Marcon (PT - RS) - O Deputado saudou a presença, na Câmara dos Deputados, do Vereador Ricardo Denti, de Sarandi (RS). Destacou sua atuação em parceria com a bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) na articulação de recursos para o Município, especialmente para obras de infraestrutura, habitação e atendimento pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Por fim, parabenizou o Vereador pelo trabalho na Câmara Municipal.

Waldenor Pereira (PT - BA) - O Deputado parabenizou os Municípios de Bom Jesus da Serra (BA), Lagoa Real (BA), Mirante (BA), Jacaraci (BA) e Brumado (BA) pelos aniversários de emancipação política, saudando Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, lideranças locais e suas populações. Além disso, convidou a população das regiões de atuação de seu mandato para plenária virtual sobre políticas e direitos das mulheres, com participação da Ministra das Mulheres, Márcia Lopes, e da Secretária de Política para as Mulheres da Bahia, Camila Batista. Por fim, destacou que o encontro abordaria questões relativas aos direitos das mulheres, especialmente o enfrentamento ao feminicídio no Brasil.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado defendeu o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 108, de 2021, que atualiza o limite de faturamento do microempreendedor individual (MEI) para R\$ 130 mil e autoriza a contratação de mais um funcionário. Sustentou que a medida permitiria o crescimento dos pequenos negócios sem penalizar os empreendedores pelo aumento do faturamento. Ademais, destacou que o fortalecimento do MEI contribuiria para a geração de emprego, especialmente para jovens em busca do primeiro trabalho. Por fim, pediu apoio da Câmara dos Deputados à proposição, ressaltando sua importância para a economia dos Municípios e do País.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado repudiou as declarações do Presidente Lula sobre a devolução de celulares roubados para a agência de correios, sob a justificativa de falta de confiança nos Delegados de Polícia, e sobre os pobres gostarem de comprar produtos furtados. Ademais, destacou que as falas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

descredibilizam e desmotivam os profissionais da segurança pública. Além disso, registrou a publicação de nota de repúdio da Frente Parlamentar da Segurança Pública e a aprovação de moção de repúdio na Comissão de Segurança Pública.

Dr Flávio (PL - RJ) - O Deputado saudou a presença, na Câmara dos Deputados, do Vereador Cleiton, de Paracambi (RJ), destacando sua atuação na proteção dos animais. Ademais, ressaltou que destinaria recursos públicos para viatura voltada ao atendimento da causa animal. Por fim, reafirmou sua parceria com a cidade nas áreas de saúde e proteção animal.

Alexandre Lindenmeyer (PT - RS) - O Deputado alertou para a gravidade da violência contra as mulheres, citando dados sobre feminicídios no Brasil e no Rio Grande do Sul. Defendeu que o enfrentamento do problema exige mudança cultural, especialmente entre os homens, e lembrou a Campanha Eles por Elas, da Organização das Nações Unidas (ONU). Ademais, destacou o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios e o Programa Mulher Viver sem Violência, do Governo Federal. Por fim, defendeu a mobilização da sociedade e dos entes federados para combater a violência contra as mulheres.

Romero Rodrigues (PODE - PB) - O Deputado homenageou José Carlos da Silva Júnior pelo centenário de seu nascimento, destacando sua trajetória empresarial e pública na Paraíba. Ressaltou sua contribuição para o desenvolvimento econômico do Estado, a geração de empregos e o fortalecimento de instituições paraibanas. Além disso, apontou a Indústria São Braz e o Sistema Paraíba de Comunicação, com a TV Paraíba e a TV Cabo Branco, como parte de seu legado. Por fim, afirmou que sua história permanece como referência para empreendedores, gestores e cidadãos.

Padre João (PT - MG) - O Deputado elogiou o Presidente Lula pela apresentação do Projeto de Lei nº 1.838, de 2026, que propõe a redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6 por 1, sem redução salarial. Ademais, cobrou do Presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre, a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, que reduz a jornada de trabalho e extingue a escala 6 por 1, já aprovada pela Câmara dos Deputados. Por fim, defendeu que a redução da jornada garante mais dignidade, qualidade de vida e descanso aos trabalhadores e às famílias brasileiras.

Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS - DF) - O Deputado destacou a importância de ampliar as medidas de proteção e valorização das mulheres brasileiras. Lembrou que apresentou a proposta que resultou na Lei nº 14.737, de 2023, que assegurou às mulheres o direito de serem acompanhadas por pessoa de sua escolha



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

durante consultas, exames e procedimentos de saúde. Também afirmou que a presença de um acompanhante de confiança ajudou a prevenir abusos e violações de direitos.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado defendeu a viabilização do projeto de celulose da CMPC no Rio Grande do Sul, avaliado em 27 bilhões de reais e com potencial de geração de 12 mil empregos, que se encontrava paralisado em razão de entraves no licenciamento ambiental. Argumentou que meio ambiente e desenvolvimento podem coexistir e que fiscalizar não pode equivaler a inviabilizar. Além disso, ressaltou a mobilização de Vereadores, Prefeitos, empresários e lideranças comunitárias em torno do projeto e cobrou razoabilidade e equilíbrio das autoridades ambientais, a fim de que o investimento não fosse perdido para o Estado.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado destacou a mobilização de lideranças políticas de diferentes correntes em defesa de um projeto industrial da empresa CMPC no Município de Barra do Ribeiro, no Rio Grande do Sul. Afirmou que o empreendimento representava um investimento de R\$ 27 bilhões e tinha potencial para gerar mais de 40 mil empregos diretos e indiretos. Também criticou a atuação de um procurador que, segundo relatou, buscava ampliar consultas a comunidades indígenas para questionar o projeto. Por fim, informou que recorreu ao Conselho Nacional do Ministério Público e celebrou decisão liminar favorável ao andamento do empreendimento.

Luiz Couto (PT - PB) - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de lei nº 1.838, de 2026, que limita a jornada de trabalho a 40 horas semanais e põe fim à escala 6 por 1, argumentando que a medida representa dignidade, e não privilégio, para a classe trabalhadora brasileira. Ressaltou o impacto do excesso de trabalho sobre a vida familiar e o desenvolvimento profissional dos trabalhadores, além de afirmar que dedicação não pode ser sinônimo de exploração. Por fim, comunicou que 34 Municípios da Paraíba serão contemplados com recursos do Ministério das Cidades para a construção de moradias.

José Airton Félix Cirilo (PT - CE) - O Deputado destacou os debates realizados no III Seminário Parentalidade e Cuidado e defendeu a ampliação de políticas públicas voltadas à infância e à adolescência. Afirmou que a negligência e a falta de proteção geravam impactos duradouros no desenvolvimento das crianças e ressaltou a importância do fortalecimento das famílias e das redes de apoio. Também lembrou experiências de sua gestão em Icapuí (CE), quando o Município recebeu reconhecimento da Unicef por avanços na educação pública. Ao final, defendeu o aumento dos investimentos em educação, saúde, assistência social, segurança alimentar e proteção de direitos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

Marcos Pollon (PL - MS) - O Deputado criticou o julgamento de Eduardo Bolsonaro pela 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), classificando-o como processo de viés político e sem fundamento jurídico. Argumentou que o Ministro Alexandre de Moraes, ao se colocar como vítima, estaria legalmente impedido de atuar como julgador no caso. Além disso, apontou que tribunais da Argentina, da Espanha, dos Estados Unidos e da Itália já teriam reconhecido irregularidades no processo. Por fim, afirmou que Deputados estariam sendo perseguidos por posição política e que o País atravessaria o momento mais grave de sua história democrática.

Luiz Carlos Hauly (PODE - PR) - O Deputado abordou o debate sobre a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais e a dificuldade do Governo em avançar com a proposta no Senado, o que teria motivado o envio de um projeto de lei substitutivo à Câmara. Nesse contexto, apresentou proposta para compensar os custos das micro e pequenas empresas — responsáveis por 54% dos empregos no País —, com medidas como redução de 50% da alíquota previdenciária patronal e do PIS e da COFINS no âmbito do Simples, além de linha de crédito com juros de 0,5% ao mês. Por fim, alertou que, sem tratamento diferenciado para esse segmento, a aprovação de qualquer projeto relacionado ao tema estaria comprometida e a mortalidade de empresas seria elevada.

Marcelo Nilo (REPUBLICANOS - BA) - O Deputado criticou os índices de violência na Bahia, assinalando que 10 das 20 cidades mais violentas do País estão no Estado, e responsabilizou o PT pela situação de insegurança pública. Apontou a precariedade das delegacias, como a de Urandi (BA), em contraste com o armamento disponível ao crime organizado. Além disso, classificou o Governador Jerônimo Rodrigues como o pior da história e defendeu ACM Neto e o Senador Flávio Bolsonaro como alternativas para a recuperação da Bahia e do País.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado assinalou irregularidade relacionada ao orçamento secreto e informou ter peticionado ao Supremo Tribunal Federal (STF). Relatou que a Sra. Fialek, conhecida como Tuca, teria sido afastada pela Polícia Federal do manejo de emendas parlamentares, mas que, segundo denúncia recebida, seguiria exercendo esse papel a partir do gabinete do Vice-Presidente da Câmara dos Deputados. Por fim, requereu ao STF e à Polícia Federal que adotassem as medidas cabíveis para apurar o descumprimento da decisão judicial e questionassem o Vice-Presidente da Casa sobre os fatos relatados.

General Girão (PL - RN) - O Deputado lamentou o atentado político ocorrido em Mossoró (RN), no qual um cinegrafista foi morto durante ação de facção criminosa contra um Vereador pré-candidato a Deputado Federal. Cobrou resposta da Governadora Fátima Bezerra diante do agravamento da violência no Estado e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

citou o Projeto de Lei nº 2.318, de 2025, que tipifica como homicídio qualificado o crime praticado para interferir no processo eleitoral ou no exercício de mandato. Além disso, defendeu penas mais rigorosas e o cumprimento integral da pena, com referência ao modelo adotado em El Salvador, e criticou a resistência do Governo e de partidos de esquerda em classificar facções criminosas como grupos terroristas.

Ricardo Maia (MDB - BA) - O Deputado destacou a assinatura de convênios no valor de mais de 2 bilhões de reais pelo Governo da Bahia para pavimentação, construção de hospitais e escolas e recuperação de estradas nos Municípios, e rebateu críticas ao Governador Jerônimo Rodrigues. Também abordou a necessidade de aprimoramento contínuo da segurança pública no País. Por fim, parabenizou o Prefeito Ricardo Maia Filho, de Tucano (BA), pela realização das festas juninas com atrações nacionais e locais, e registrou participação na alvorada do Município de Jeremoabo (BA).

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado registrou a visita de estudantes do curso de Direito da Uninassau, de Campina Grande (PB), à Câmara dos Deputados. Destacou a importância de aproximar os universitários do funcionamento do Congresso Nacional e do processo legislativo, incluindo as atividades das comissões, dos gabinetes e das sessões plenárias. Também promoveu as festividades juninas de Campina Grande e destacou a relevância política da cidade para a região Nordeste.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado analisou o possível acordo de paz entre os Estados Unidos e o Irã, alertando para os interesses do complexo industrial militar norte-americano e para a recusa de Israel em aderir ao cessar-fogo. Apresentou os principais pontos do memorando, como o compromisso de não interferência nos assuntos internos do Irã, o fim do bloqueio naval e a liberação de 24 bilhões de dólares em ativos iranianos congelados. Também criticou as ações da polícia de migração dos Estados Unidos durante a Copa do Mundo e apontou o declínio de aprovação do Governo Trump, citando pesquisa Quaest que indicou apenas 22% de aprovação entre os brasileiros.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado anunciou o encaminhamento de uma petição ao Ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, para solicitar a apuração de denúncias relacionadas ao orçamento secreto. Afirmou ter recebido informações, em maio e junho de 2026, segundo as quais Mariângela Fialek continuaria atuando na operacionalização de emendas parlamentares a partir do gabinete da Vice-Presidência da Câmara dos Deputados. Defendeu a realização de investigação e a responsabilização dos envolvidos caso as denúncias sejam confirmadas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

Paulão (PT - AL) - O Deputado registrou o retorno do Deputado Glauber Braga à Câmara dos Deputados e também fez referência à atuação de Heloísa Helena durante o período de afastamento do Parlamentar. Em seguida, comentou a denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República contra o ex-Deputado Eduardo Bolsonaro e defendeu a atuação do Supremo Tribunal Federal no caso. Abordou o debate sobre a jornada de trabalho, destacando a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de proposta relacionada ao fim da escala 6 por 1.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado defendeu a anulação dos processos que classificou como ilegais e inconstitucionais no Supremo Tribunal Federal (STF) e reiterou a proposta de CPI do abuso de autoridade. Leu carta escrita por um preso político que relatou o descumprimento, por mais de 30 dias, do prazo de três dias concedido ao Procurador-Geral da República, Paulo Gonet, para se manifestar sobre a aplicação da Lei da Dosimetria — aprovada pelo Congresso Nacional após derrubada de veto presidencial. Por fim, cobrou do Congresso uma postura ativa diante do que classificou como desrespeito à soberania parlamentar e ao Estado Democrático de Direito, e defendeu a indenização dos presos políticos pelos danos sofridos.

Paulo Soares (PODE - SP) - O Deputado destacou sua trajetória de 22 anos no jornalismo comunitário e comprometeu-se a representar o interior de São Paulo, região que classificou como historicamente esquecida pelas autoridades. Apontou os gargalos na saúde pública, como filas de espera, superlotação de prontuários e UPAs e a defasagem da tabela SUS, que ameaça a sobrevivência das Santas Casas. Além disso, defendeu o municipalismo, o fortalecimento das instituições filantrópicas, das Apaes e da educação especial, bem como políticas sociais voltadas à promoção de autonomia. Por fim, homenageou a família, citou a mãe hospitalizada no HC de Botucatu (SP) como motivação para o trabalho em defesa do SUS e reafirmou o compromisso com transparência e seriedade no exercício do mandato.

Santin Roveda (UNIÃO - PR) - O Deputado defendeu uma gestão pública voltada à redução de impostos e ao corte de custos, citando como exemplo o menor IPVA da história do Paraná, conquistado durante sua atuação no Detran estadual. Destacou que mais de 80% das empresas brasileiras estão endividadas e cobrou responsabilidade fiscal do Executivo nos três níveis de governo. Por fim, reafirmou o compromisso de trabalhar para que empresários, trabalhadores e a classe média possam prosperar em um País mais justo e com menor carga tributária.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada alertou para o aumento da violência nas escolas e cobrou a efetiva aplicação das leis já aprovadas pelo Congresso Nacional. Destacou a Lei nº 15.231, de 2025, que obriga as



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

escolas a registrarem casos de agressão e mutilação, e lembrou que, durante a elaboração do Plano Nacional de Educação, a segurança escolar foi elevada à condição de meta operacional, com metas quantificáveis de redução da violência. Por fim, defendeu que o Parlamento deve não apenas aprovar leis, mas exigir sua aplicação, e reforçou a obrigação das escolas de notificar o Conselho Tutelar sobre casos de violência envolvendo alunos.

Dr. Fernando Máximo (PL - RO) - O Deputado celebrou os 115 anos da Igreja Assembleia de Deus no Brasil, destacando sua atuação na transformação espiritual, social e moral da sociedade, com ênfase no combate às drogas, à depressão e ao suicídio e na restauração de famílias. Prestou homenagem a pastores, líderes e suas esposas, com menção especial ao Presidente da CGADB, pastor José Wellington Costa Junior, e ao Presidente da Cemaderon de Rondônia, pastor Nelson Luchtenberg.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado anunciou o retorno ao mandato com a apresentação de quatro medidas. Inicialmente, protocolou petição ao Supremo Tribunal Federal para apurar denúncia de ilegalidade e possível operação ligada ao orçamento secreto envolvendo Mariângela Fialek, conhecida como Tuca. Além disso, apresentou representação à Corregedoria da Câmara dos Deputados para investigar a origem de aproximadamente R\$ 469 mil encontrados com o Deputado Sóstenes Cavalcante. Em seguida, encaminhou solicitação à Mesa Diretora para instalação de câmeras nos elevadores exclusivos de Parlamentares, atendendo reivindicação de trabalhadoras terceirizadas que relataram casos de assédio. Ademais, apresentou projeto para revogar a Lei nº 9.491, de 1997, que dispõe sobre o Programa Nacional de Desestatização. Por fim, formulou questão de ordem cobrando o encaminhamento à Comissão de Constituição e Justiça de recurso relacionado a Parlamentares acusados de participação em atos golpistas, alegando tratamento desigual em comparação ao processo disciplinar que enfrentou.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado registrou solidariedade ao Deputado Glauber Braga no retorno ao exercício do mandato e afirmou que sua suspensão não deveria ter ocorrido. Além disso, repercutiu decisão unânime da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal que condenou o ex-Deputado Eduardo Bolsonaro por atuação junto a autoridades dos Estados Unidos contra interesses do Brasil. Em seguida, sustentou que o ex-Parlamentar teria incentivado medidas adotadas pelo Presidente Donald Trump que afetaram empresas e empregos brasileiros, associando essa atuação à tentativa de interferir no julgamento do ex-Presidente Jair Bolsonaro. Por fim, defendeu a soberania nacional, a independência da Justiça brasileira e afirmou que agentes públicos não devem utilizar sua posição para atuar no exterior contra os interesses do País.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado repercutiu notícias divulgadas por veículos de comunicação brasileiros e italianos sobre decisão da Justiça da Itália relacionada à ex-Deputada Carla Zambelli. Além disso, afirmou que o entendimento adotado pela corte italiana reforçou críticas à atuação do Ministro Alexandre de Moraes em processos judiciais, sustentado que não era adequado concentrar as funções de vítima, relator e julgador em um mesmo processo. Ademais, mencionou avaliações atribuídas a instâncias internacionais que apontaram perseguição política conduzida sob aparência de legalidade. Por fim, utilizou esses argumentos para questionar a condução de procedimentos judiciais envolvendo o Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Eduardo Bismarck (PV - CE) - O Deputado comemorou a aprovação, pela Agência Reguladora do Estado do Ceará, da Operação Espelho para o transporte intermunicipal de passageiros no litoral leste e no Vale do Jaguaribe. Além disso, informou que as empresas Guanabara, Via Metro e Viação Princesa passaram a assumir rotas anteriormente atendidas pela Viação São Benedito, substituindo um serviço marcado por quebras frequentes de ônibus. Em seguida, destacou que a medida buscou garantir mais dignidade e segurança aos usuários que se deslocam para Municípios como Beberibe (CE), Aracati (CE), Fortim (CE), Itaiçaba (CE), Palhano (CE), Russas (CE), Limoeiro do Norte (CE), Icapuí (CE), Tabuleiro do Norte (CE) e Quixeré (CE). Ao concluir, parabenizou a mobilização da população, a atuação da agência reguladora e o trabalho de fiscalização realizado pelo Deputado Estadual Guilherme Bismarck.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado comentou a condenação do ex-Deputado Eduardo Bolsonaro pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal por coação no curso de processo judicial e afirmou que a decisão representou o funcionamento regular da Justiça. Além disso, criticou a atuação do ex-Parlamentar nos Estados Unidos e associou suas ações a tentativas de interferência em processos judiciais brasileiros e nas relações entre Brasil e Estados Unidos. Em seguida, defendeu a soberania nacional e avaliou que medidas econômicas adotadas pelo Governo norte-americano não prejudicariam o País. Por fim, manifestou pesar pela morte de uma jovem em Limeira (SP) e pelas vítimas de um acidente com helicópteros no Rio de Janeiro (RJ), cobrando regulação das redes sociais e criticando a espetacularização de tragédias.

Flávio Nogueira (PT - PI) - O Deputado registrou a implantação, pela Prefeitura de Piripiri (PI), do programa NeuroAme, voltado ao acolhimento, à avaliação especializada e ao acompanhamento de crianças da primeira e da segunda infância com alterações no neurodesenvolvimento. Além disso, destacou a gestão da Prefeita Joven Oliveira e explicou que a iniciativa atende crianças da rede municipal de educação e de saúde, com apoio de especialistas para evitar isolamento e preconceito.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

Lincoln Portela (PL - MG) - O Deputado manifestou insatisfação com declarações do Presidente da República sobre a devolução de celulares recuperados por meio dos Correios, em vez de delegacias de polícia. Além disso, afirmou que a fala gerou desconforto entre profissionais da segurança pública, especialmente integrantes das polícias civis, por sugerir que cidadãos poderiam ter receio de buscar atendimento nas delegacias. Também avaliou que a declaração atingiu a imagem dos delegados e das instituições responsáveis pela segurança pública. Mencionou ainda a sua atuação à frente da Frente Parlamentar em Defesa da Polícia Penal e da Frente Parlamentar em Defesa das Guardas Municipais, defendendo maior valorização das forças de segurança. Finalizou cobrando avanços nas políticas públicas para o setor e melhores condições para a segurança pública no País.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado associou seu retorno ao mandato à condenação do ex-Deputado Eduardo Bolsonaro pelo Supremo Tribunal Federal por coação em processo relacionado à trama golpista. Além disso, cobrou a responsabilização de Parlamentares que atuaram em articulação com Eduardo Bolsonaro e participaram de ações contra as instituições democráticas. Em seguida, questionou a suspensão de dois meses aplicada a esses Deputados e criticou a condução do processo disciplinar. Ademais, alegou que o recurso referente ao caso deveria ter sido encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, mas permanecia sem apreciação pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Por fim, declarou que seguirá atuando para cobrar a apuração dos fatos e a responsabilização dos envolvidos.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado defendeu a conclusão da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) como iniciativa estratégica para impulsionar o desenvolvimento econômico da Bahia e ampliar a integração logística nacional. Nesse contexto, ressaltou que a ferrovia ligará importantes Municípios do interior baiano ao Porto Sul, em Ilhéus (BA), favorecendo a redução de custos de transporte, a atração de investimentos e a geração de empregos. Ao tratar dos desafios do empreendimento, manifestou preocupação com possíveis atrasos no trecho entre Caetité (BA) e Ilhéus (BA), relacionados ao processo de negociação envolvendo a concessionária responsável pela obra. Diante desse cenário, apelou à Agência Nacional de Transportes Terrestres e ao Governo Federal para acelerar as providências necessárias. Por outro lado, destacou estudos sobre a implantação de um porto seco em Guanambi (BA), apontando potencial para fortalecer a economia regional e ampliar oportunidades de trabalho.

Cobalchini (MDB - SC) - O Deputado criticou a proposta apresentada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres para a concessão das rodovias BR-282, BR-470 e BR-163 em Santa Catarina. Nesse sentido, avaliou que o projeto ficou abaixo das necessidades do Estado ao prever, em 30 anos de concessão, cerca de 80 quilômetros de duplicação das vias. Ao abordar a infraestrutura catarinense, destacou a escassez de rodovias



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

duplicadas e afirmou que a falta de investimentos ampliou os riscos de acidentes e comprometeu a mobilidade regional. Diante desse cenário, defendeu a revisão da proposta para garantir a duplicação integral das rodovias 282 e 470. Também reivindicou a concessão e modernização da BR-153, apontando sua importância para a Região do Alto Uruguai e para o escoamento da produção catarinense.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada parabenizou o Ministério da Igreja Presbiteriana Betânia, em Niterói (RJ), pelos 60 anos de fundação, homenageando os pastores Teo Elias e Josué de Sousa, além de toda a comunidade. Também ressaltou a expansão da igreja, seu atendimento às comunidades do entorno e a valorização dos jovens, inclusive com a formação de novos pastores.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado refletiu sobre o ambiente de tensão e desgaste emocional presente nos debates políticos, defendendo a importância do diálogo respeitoso entre pessoas com diferentes visões ideológicas. Nesse sentido, repudiou agressões e ataques disseminados na Internet contra representantes de distintas correntes políticas. Ao abordar a valorização da vida humana, relatou convicções pessoais relacionadas à oposição ao aborto e argumentou sobre a singularidade da existência de cada indivíduo a partir de sua ancestralidade. Também destacou que diferenças políticas não anulam sentimentos, valores e experiências compartilhadas pela sociedade. Por fim, defendeu a preservação da vida, o fortalecimento do debate honesto e a rejeição à violência motivada por divergências de natureza política.

Missionário José Olímpio (PL - SP) - O Deputado destacou a realização de audiência pública sobre o medicamento Elevidys e defendeu a aceleração de sua análise pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Nesse contexto, chamou a atenção para a situação de crianças que aguardam acesso ao tratamento e ressaltou a importância da aprovação regulatória do produto. Ao tratar do tema, observou que o medicamento é importado e possui elevado custo, o que amplia os desafios enfrentados pelas famílias. Além disso, registrou a presença dos Vereadores Dioginnys e Clébson, da Câmara Municipal de Vargem (SP), reconhecendo a atuação dos representantes municipais.

Capitão Alden (PL - BA) - O Deputado defendeu a derrubada do veto presidencial ao Projeto de Lei nº 1.469, de 2020, que estabelece idade máxima para ingresso nos concursos das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares. Nesse sentido, contestou o argumento de que a proposta violaria a autonomia dos Estados e sustentou que o Congresso Nacional possui competência para editar normas gerais aplicáveis às corporações militares estaduais. Ao detalhar o conteúdo da matéria, explicou que o texto fixou o limite de 35 anos para candidatos aos quadros gerais de soldados e oficiais, com exceção das carreiras da área de saúde. Por sua vez, argumentou que a medida ampliaria oportunidades para concurseiros e evitaria restrições



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

consideradas excessivas. Por fim, solicitou apoio dos Parlamentares para a rejeição do veto e a promulgação da proposta.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado questionou a seleção de unidades habitacionais financiadas pelo Fundo de Desenvolvimento Social e pelo Programa Minha Casa, Minha Vida Rural, alegando falta de transparência e ausência de critérios na distribuição dos empreendimentos. Nesse contexto, informou que apresentou requerimentos para convocar a Ministra Miriam Belchior a prestar esclarecimentos na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e na Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados. Ao abordar os resultados divulgados, apontou disparidades na distribuição das moradias entre os Estados e manifestou dúvidas sobre os critérios adotados pelo Governo Federal. Por sua vez, também questionou a viabilidade financeira da seleção anunciada, citando preocupações relacionadas ao orçamento disponível e ao cumprimento da Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Por fim, defendeu a apuração do processo para garantir transparência e lisura na execução do programa habitacional.

Leo Prates (REPUBLICANOS - BA) - O Deputado comemorou a aprovação, pelo Senado Federal, de proposta que transfere simbolicamente a Capital do Brasil para Salvador (BA) no dia 2 de julho. Nesse sentido, agradeceu o apoio de Parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal que contribuíram para a tramitação da matéria. Ao destacar a importância da iniciativa, afirmou que a medida reconheceu o papel histórico da Bahia na consolidação da Independência do Brasil e na defesa da unidade nacional. Ademais, ressaltou referências feitas à resistência do povo baiano durante o processo de independência. Ao concluir, celebrou a perspectiva de Salvador (BA) voltar a ocupar, de forma simbólica, a condição de Capital do País durante as comemorações da data histórica.

Carla Dickson (PL - RN) - A Deputada lamentou o atentado ocorrido em Mossoró (RN) contra o Vereador Cabo Deyvison, durante transmissão ao vivo em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), que resultou na morte do assessor Alyson Dyego de Oliveira Moraes. Afirmou que o episódio refletiu o avanço da criminalidade no Rio Grande do Norte, mencionando o uso de fuzil 5.56 e de carro blindado pelos autores do crime. Além disso, criticou a atuação do Governo Estadual na área de segurança pública, associou o caso ao aumento da violência no Estado e cobrou a adoção de políticas públicas voltadas à proteção da população. Por fim, manifestou solidariedade ao Vereador, aos familiares da vítima e aos moradores de Mossoró.

Evair Vieira de Melo (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado criticou o Governo Federal por classificar como “pauta-bomba” propostas aprovadas pelo Congresso Nacional voltadas ao setor produtivo, especialmente a renegociação das dívidas dos produtores rurais. Além disso, argumentou que o desequilíbrio fiscal decorreu



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

de gastos do próprio Governo, citando despesas com viagens, diárias, passagens, cartão corporativo e medidas expansionistas. Na continuidade, defendeu a aprovação da renegociação das dívidas e a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para produtores rurais, sustentando que essas medidas contribuiriam para a manutenção da produção agropecuária e do abastecimento de alimentos. Por fim, afirmou que o Governo deveria reduzir despesas e assumir a responsabilidade pela gestão das contas públicas.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada registrou a presença da Vereadora Mônica Facio, de Taquara (RS), e ressaltou a atuação da parlamentar em favor do desenvolvimento regional, da moradia digna, da educação e da defesa das mulheres no Vale do Paranhana e no Rio Grande do Sul. Além disso, destacou as agendas realizadas em Brasília (DF) junto a órgãos federais como forma de atender demandas da população gaúcha. Enfatizou a parceria com Vereadoras do Estado no enfrentamento ao feminicídio e na promoção dos direitos das mulheres. Por fim, manifestou apoio à urgência e à votação do Projeto de Lei nº 896, de 2023, que altera a Lei nº 7.716, de 1989, e o Código Penal, para dispor sobre crimes praticados em razão de misoginia, argumentando que o combate à violência contra a mulher deve começar pelo enfrentamento de práticas de ódio e discriminação em diferentes espaços da sociedade.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada manifestou indignação diante de reportagens que apresentaram acusações contra autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo e criticou a condução de investigações parlamentares, especialmente em relação à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Além disso, afirmou que houve falta de disposição institucional para aprofundar apurações sobre possíveis irregularidades envolvendo agentes públicos e privados. Na continuidade, mencionou denúncias relacionadas ao caso do Banco Master e questionou a atuação do Congresso Nacional diante de suspeitas de corrupção. Por fim, defendeu a inclusão na ordem do dia da proposição que trata do fim do foro privilegiado, a Proposta de Emenda à Constituição nº 333, de 2017, que altera os arts. 5º, 37, 96, 102, 105, 108 e 125 da Constituição Federal para extinguir o foro especial por prerrogativa de função no caso dos crimes comuns, e revoga o inciso X do art. 29 e o § 1º do art. 53 da Constituição Federal, argumentando que a medida contribuiria para assegurar a igualdade de todos perante a lei.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado relatou participação, ao lado de outros Parlamentares, em reunião no Supremo Tribunal Federal (STF) para solicitar a prorrogação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e afirmou ter percebido resistência de parte dos Ministros à iniciativa. Além disso, elogiou a receptividade dos Ministros André Mendonça e Luiz Fux durante o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

encontro. Na continuidade, manifestou preocupação com decisões judiciais recentes e defendeu a atuação de representantes da direita no debate político. Por fim, mencionou nomes ligados ao Banco Master e questionou possíveis relações entre a instituição financeira e figuras que ocuparam cargos de destaque em Governos anteriores e no Poder Judiciário.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada saudou o retorno do Deputado Glauber Braga às atividades parlamentares após o término de uma suspensão que classificou como injusta, ressaltando a atuação do parlamentar na defesa da democracia e dos direitos. Além disso, homenageou a participação da Deputada Heloísa Helena e destacou o compromisso da parlamentar com causas sociais. Em seguida, defendeu a investigação do Banco Master, mencionando supostas relações da instituição com agentes políticos ligados ao bolsonarismo e a destinação de recursos a campanhas eleitorais. Por fim, afirmou que o Governo Lula tem atuado no combate à corrupção, citou ações relacionadas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e ao Banco Master e sustentou a necessidade de aprofundar as investigações para apurar eventuais irregularidades e responsabilidades.

Mauricio Marcon (PL - RS) - O Deputado criticou decisões e atuações de integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF), mencionando processos relacionados ao Deputado Eduardo Bolsonaro e investigações envolvendo o Banco Master. Além disso, afirmou que houve divergências entre Ministros da Corte quanto a medidas judiciais ligadas ao caso de Daniel Vorcaro e citou informações divulgadas por veículos de comunicação sobre supostas pressões e contatos entre autoridades públicas e investigados. Na continuidade, sustentou que as apurações poderiam alcançar agentes políticos e integrantes de instituições de Estado. Por fim, elogiou a atuação de Ministros indicados pelo ex-Presidente Jair Bolsonaro e defendeu a continuidade das investigações para apuração de eventuais responsabilidades.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado reassumiu o mandato e manifestou solidariedade ao povo cubano diante das sanções e pressões impostas pelos Estados Unidos. Além disso, criticou a atuação do Presidente Donald Trump na política externa e mencionou intervenções militares realizadas durante seus mandatos. Na continuidade, afirmou que Cuba tem histórico de cooperação internacional e argumentou que medidas econômicas contra o país representariam uma forma de asfixia à população cubana. Por fim, estendeu sua solidariedade aos povos palestino, cubano e latino-americano, defendendo o respeito à soberania dessas nações.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado celebrou o mês dedicado ao meio ambiente e defendeu a necessidade de reflexão sobre a relação entre a humanidade e a biodiversidade diante dos desafios impostos pela crise



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

climática. Além disso, destacou audiência pública destinada a discutir a redução do uso de combustíveis fósseis e o alcance do desmatamento zero, apontando ações desenvolvidas pelo Governo Federal nessa direção. Na continuidade, associou a crise climática e a desigualdade social à concentração de riqueza e ressaltou políticas públicas que contribuíram para a saída do Brasil do Mapa da Fome e para a redução do desmatamento, especialmente na Amazônia. Por fim, criticou propostas que considerou incompatíveis com a proteção ambiental e defendeu um modelo de desenvolvimento voltado à sustentabilidade, à redução das emissões de gases de efeito estufa e à melhoria da qualidade de vida da população.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado registrou o incêndio ocorrido no tradicional restaurante Café Lamas, no Rio de Janeiro, ressaltando a relevância histórica e cultural do estabelecimento e informando que não houve feridos. Em seguida, celebrou os 80 anos de vida do cantor e compositor Ivan Lins, destacando sua trajetória artística e sua contribuição para a cultura brasileira. Por fim, homenageou o artista por meio de referência a uma de suas composições e manifestou votos de reconhecimento e celebração pela data.

Sargento Fahur (PL - PR) - O Deputado elogiou operação integrada das forças de segurança do Paraná, coordenada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), que envolveu a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Penal e a Polícia Científica. Além disso, destacou o cumprimento de mais de 550 mandados judiciais nos Estados do Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Ressaltou que parte significativa das ordens judiciais foi executada dentro de estabelecimentos prisionais, o que evidenciou a continuidade de atividades criminosas a partir dos presídios. Por fim, manifestou reconhecimento ao trabalho das forças de segurança e assinalou que o material apreendido poderá contribuir para novas investigações e desdobramentos relacionados ao combate ao crime organizado.

Luiz Nishimori (PSD - PR) - O Deputado convidou os Parlamentares, servidores e demais presentes para a cerimônia em comemoração aos 118 anos da imigração japonesa no Brasil, destacando a relevância histórica da data para as relações entre os dois países. Além disso, informou que o evento seria realizado no Plenário da Câmara dos Deputados e mencionou a participação do Deputado Kim Kataguirí, na condição de 1º Vice-Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Japão. Por fim, reforçou o convite à participação de todos os interessados na celebração.

Kim Kataguirí (MISSÃO - SP) - O Deputado reforçou o convite para a cerimônia em comemoração aos 118 anos da imigração japonesa no Brasil, a ser realizada no dia seguinte, às 9 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados. Além disso, destacou a atuação do Deputado Luiz Nishimori no fortalecimento das relações entre



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

Brasil e Japão e manifestou reconhecimento à trajetória do parlamentar. Por fim, convidou Parlamentares e demais participantes da Casa a prestigiarem a celebração da data.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada defendeu o fortalecimento do papel da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), argumentando que o colegiado deveria priorizar o debate sobre a aplicação dos recursos públicos, a definição das prioridades nacionais e a avaliação dos resultados das políticas públicas. Além disso, ressaltou a necessidade de analisar a eficiência dos gastos governamentais, de modo a direcionar mais recursos para ações bem-sucedidas e revisar iniciativas que não apresentaram resultados satisfatórios. Na continuidade, criticou a ausência de discussões aprofundadas sobre qualidade do gasto público e avaliação baseada em dados e evidências. Por fim, apelou aos integrantes da CMO para que promovam esse debate, com o objetivo de assegurar melhor alocação dos recursos em áreas como educação, saúde e segurança pública.

Reginaldo Lopes (PT - MG) - O Deputado destacou o Programa Imóvel da Gente, do Governo Federal, e afirmou que a iniciativa tem contribuído para destinar imóveis da União a Municípios para projetos de mobilidade urbana, saúde e educação. Além disso, agradeceu à Secretaria do Patrimônio da União (SPU), à Ministra Esther Dweck e ao Presidente Lula pela destinação da área da Linha Férrea Águas Claras, entre Belo Horizonte (MG) e Nova Lima (MG), onde deverão ser implantados um parque linear e obras voltadas à mobilidade da região metropolitana. Também ressaltou a participação de gestores municipais e da comunidade local na construção da proposta. Por fim, defendeu o fim da escala de trabalho 6 por 1, argumentando que a medida beneficiaria milhões de trabalhadores e contribuiria para a melhoria da qualidade de vida das famílias brasileiras; e, nesse sentido, cobrou prioridade para a tramitação, no Senado Federal, da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o Art. 7º inciso XII da Constituição Federal, reduzindo a jornada de trabalho a 36 horas semanais em 10 anos.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada destacou iniciativas do Governo Federal voltadas ao combate à endometriose, à promoção da saúde das mulheres e ao fortalecimento da política de dignidade menstrual, com ênfase na ampliação do acesso a diagnósticos e atendimento especializado. Além disso, lembrou a derrubada do veto presidencial ao Projeto de Lei nº 4.968, de 2019, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual e assegurou a distribuição de absorventes para mulheres e meninas em situação de vulnerabilidade. Ressaltou também a importância da retomada do Programa Farmácia Popular. Em seguida, criticou ações e posicionamentos atribuídos ao ex-Presidente Jair Bolsonaro e a aliados políticos, especialmente em relação à soberania nacional e às instituições democráticas. Por fim, defendeu a atuação internacional do Presidente Lula, reafirmou a importância da soberania brasileira e manifestou apoio à



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

preservação de instrumentos nacionais considerados estratégicos para o País, como o Pagamento Instantâneo (Pix).

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada defendeu decisão da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) relacionada ao Deputado Eduardo Bolsonaro e afirmou que o caso representou uma resposta institucional a ações que, segundo sustentou, atentaram contra a soberania nacional e as instituições democráticas. Além disso, argumentou que o Parlamentar utilizou recursos vinculados ao exercício do mandato para atuar nos Estados Unidos em iniciativas voltadas à aplicação de sanções e pressões contra o Brasil e autoridades brasileiras. Também associou a atuação da família Bolsonaro a investigações e denúncias envolvendo o Banco Master e defendeu o aprofundamento das apurações sobre eventuais responsabilidades. Por fim, criticou o bolsonarismo, afirmou que o grupo atuou contra interesses nacionais e declarou apoio à continuidade das investigações e dos processos de responsabilização conduzidos pelas instituições competentes.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) relacionada ao Deputado Eduardo Bolsonaro, classificando-a como incompatível com princípios constitucionais e com o devido processo legal. Além disso, afirmou que o Parlamentar estaria sendo alvo de perseguição política e contestou a interpretação de que Eduardo Bolsonaro teria praticado atos ilícitos. Na continuidade, sustentou que a decisão teria como objetivo afastá-lo da disputa eleitoral e manifestou preocupação com a atuação do Poder Judiciário e seus impactos sobre a atividade política. Por fim, expressou solidariedade ao Deputado Eduardo Bolsonaro e reafirmou apoio à sua defesa no âmbito parlamentar.

Sargento Fahur (PL - PR) - O Deputado manifestou apoio às críticas dirigidas à decisão judicial relacionada ao Deputado Eduardo Bolsonaro e contestou a legitimidade do julgamento. Além disso, mencionou publicação feita por um Parlamentar nas redes sociais antes da decisão, argumentando que o resultado já seria esperado. Também afirmou que houve parcialidade por parte dos responsáveis pelo julgamento e comparou o caso a processos envolvendo o ex-Presidente Jair Bolsonaro. Por fim, expressou solidariedade a Eduardo Bolsonaro e reiterou apoio político ao Parlamentar.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada defendeu o setor produtivo, o empreendedorismo e a atividade empresarial como instrumentos de geração de emprego, renda e autonomia econômica. Além disso, ressaltou a importância de entidades da sociedade civil que atuam em favor da transparência, da fiscalização dos gastos públicos e do combate à corrupção. Também criticou políticas que, em sua avaliação, desestimulam a inserção no mercado de trabalho e manifestou preocupação com o ambiente de negócios no País, citando a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

carga tributária e a saída de empresas para outros países. Por fim, defendeu a atualização dos limites do Simples Nacional e do Microempreendedor Individual (MEI), argumentando que a medida contribuiria para fortalecer pequenos empreendedores e estimular a atividade econômica.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado manifestou solidariedade aos policiais brasileiros após declarações do Presidente Lula contra delegados e policiais civis, que considerou ofensivas e desrespeitosas. Além disso, afirmou que a crítica à Polícia Civil atingia todas as corporações previstas no artigo 144 da Constituição, inclusive as polícias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e acusou o Presidente de envergonhar o País com falas inadequadas.

Ricardo Maia (MDB - BA) - O Deputado defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que encerra a escala 6 por 1 e institui a jornada 5 por 2, afirmando que a Câmara debateu amplamente a proposta, ouviu empregadores, empreendedores e a população, e aprovou o texto em dois turnos. Além disso, cobrou do Senado Federal a votação da matéria, argumentando que a demora desrespeitava milhões de trabalhadores que enfrentavam longas jornadas e baixos salários. Por fim, sustentou que a proposta pertencia ao trabalhador e deveria ser apreciada sem bloqueio político.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado criticou o Senado Federal por adiar a votação do fim da escala 6 por 1 e afirmou que a medida atendia a uma exigência da classe trabalhadora brasileira, já aprovada na Câmara dos Deputados. Além disso, repudiou a resistência de parte dos Senadores e defendeu que o trabalhador brasileiro não fosse privado desse direito, usando a ideia de um *reality show* como forma de ironizar a dificuldade de cumprir essa jornada.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado defendeu o Parlamento e afirmou que não se deve generalizar críticas sobre a atuação dos Parlamentares. Destacou sua própria assiduidade, dizendo estar entre os poucos Deputados que não faltaram a sessões ao longo da legislatura, e ressaltou que, como Líder da Oposição, tem obrigação de estar presente e trabalhar intensamente tanto em Brasília quanto na Paraíba. Apelou, por fim, para que todos os Parlamentares defendam a Câmara e o Senado, evitando discursos que reforcem a percepção de que Deputados não trabalham, pois isso desrespeita a instituição e aqueles que cumprem suas funções.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado cobrou a instalação de uma CPI para investigar denúncias envolvendo o Banco Master e Daniel Vorcaro, questionando por que Parlamentares que antes defendiam a investigação agora estariam evitando sua criação. Citou suspeitas de pagamentos milionários a advogados,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

suposta propina a membros do Parlamento, recursos destinados a produções cinematográficas e prejuízos a fundos de pensão, servidores públicos e aposentados. Afirmou ainda que a corrupção não tem lado político nem “corrupto de estimação” e defendeu que o Parlamento não esconda o caso, mas investigue quem teria se beneficiado ou desviado dinheiro público.

ORDEM DO DIA

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado apresentou questão de ordem sobre a demora no encaminhamento à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania dos recursos apresentados contra as punições aplicadas pelo Conselho de Ética aos Deputados Marcos Pollon, Marcel Van Hattem e Zé Trovão, por participação na ocupação da Mesa Diretora em 5 de agosto de 2025. Além disso, alegou tratamento desigual em relação a outro recurso de sua autoria, que teria sido remetido imediatamente à CCJ, e pediu esclarecimentos sobre o cumprimento dos prazos regimentais previstos no artigo 139.

Kim Kataguirí (MISSÃO - SP) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 337, de 2017, que altera a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 337, de 2017, que altera a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 337, de 2017, que altera a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União.

Lafayette de Andrada (PL - MG) - O Deputado proferiu parecer à emenda de plenário apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 337, de 2017, que altera a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação da subemenda substitutiva oferecida ao Projeto de Lei Complementar nº 337, de 2017, que altera a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

Paulo Teixeira (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação da subemenda substitutiva oferecida ao Projeto de Lei Complementar nº 337, de 2017, que altera a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da subemenda substitutiva oferecida ao Projeto de Lei Complementar nº 337, de 2017, que altera a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da subemenda substitutiva oferecida ao Projeto de Lei Complementar nº 337, de 2017, que altera a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União.

Kim Kataguri (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação da subemenda substitutiva oferecida ao Projeto de Lei Complementar nº 337, de 2017, que altera a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação da subemenda substitutiva oferecida ao Projeto de Lei Complementar nº 337, de 2017, que altera a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação da subemenda substitutiva oferecida ao Projeto de Lei Complementar nº 337, de 2017, que altera a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União.

Paulo Teixeira (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação da subemenda substitutiva oferecida ao Projeto de Lei Complementar nº 337, de 2017, que altera a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado elogiou a atuação da Oposição na Câmara, classificando-a como combativa contra o Governo Lula, mas afirmou que o Parlamento não alcança vitórias completas devido à interferência do Supremo Tribunal Federal no processo legislativo, o que chamou de “judicialismo de coalizão”. Também criticou a indicação de Jorge Messias à Suprema Corte, chamando-o de militante de esquerda, e interpretou sua rejeição pelo Senado como um recado ao Governo Lula, à falta de articulação política e ao que denominou “ditadura da toga”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

Lafayette de Andrada (PL - MG) - O Deputado assinalou que o Projeto de Lei Complementar nº 337, de 2017, esteve em debate na Câmara dos Deputados desde 2017 e resultou de um esforço coletivo até alcançar amplo entendimento e aprovação quase unânime do parecer em plenário. Além disso, agradeceu aos Deputados que apoiaram seu parecer e parabenizou a advocacia pública brasileira e os convidados presentes nas galerias.

Paulo Teixeira (PT - SP) - O Deputado parabenizou o Parlamentar Lafayette Andrade pelo voto equilibrado do Projeto de Lei Complementar nº 337, de 2017, apresentado no plenário. Agradeceu o acolhimento das preocupações que resultaram em melhorias e aperfeiçoamentos na matéria aprovada na CCJ. Além disso, destacou a tradição da família Andrade, presente no Parlamento desde 1822, e afirmou que Lafayette representa essa contribuição histórica para o progresso do País.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada cumprimentou o relator do Projeto de Lei Complementar nº 337, de 2017, Lafayette Andrade, elogiando sua dedicação ao direito e sua atuação na solução de temas complexos, além de recordar a parceria com Bonifácio Andrade. Também saudou o Presidente, a Mesa Diretora e a Secretaria-Geral, reconhecendo a organização da pauta como alinhada aos anseios da sociedade brasileira e ao trabalho da Câmara em favor do País.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Resolução nº 33, de 2026, que instituiu a Comissão Permanente de Disciplina.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado prestou solidariedade ao Vereador Cabo Deyvison, do Partido Liberal (PL) de Mossoró, sobrevivente de atentado no Rio Grande do Norte, e lamentou o assassinato do assessor. Além disso, manifestou insatisfação com a segurança pública e apontou o fortalecimento de facções criminosas no País devido a posicionamentos presidenciais.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado informou que o Projeto de Lei nº 2.119, de 2019, de sua autoria, seria apreciado para reconhecer a Cidade Amiga do Idoso, após tramitação iniciada em 2019 e ajustes no Senado. Além disso, ressaltou a importância da proposta para valorizar a pessoa idosa, que trabalhou e contribuiu para o País. Por fim, agradeceu à Mesa, ao Deputado Carlos Veras e ao Deputado Hugo Motta pelo compromisso com a votação da matéria.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de regime de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 2.994, de 2020, que altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

para dispor sobre o turismo colaborativo. Elogiou o autor da proposta, Deputado Paulo Ganime, e ressaltou que a medida dá segurança jurídica a uma prática já adotada em outros países. Também afirmou que a iniciativa amplia oportunidades para jovens e contribui para o desenvolvimento do turismo no Brasil, ainda pouco explorado.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado afirmou que as contas públicas estavam em descontrole, com dívida pública acima de 10 trilhões de reais, perda do poder de compra, alta do combustível e prejuízos nas Estatais, especialmente na Petrobras. Além disso, atribuiu a situação ao Governo Lula e ao PT, alertando a população para as eleições e defendendo a necessidade de “livrar e libertar” o País, sobretudo na área econômica.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de regime de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 2.994, de 2020, que altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para dispor sobre o turismo colaborativo. Afirmou que o chamado turismo colaborativo poderia ampliar a precarização do trabalho e, por conseguinte, manifestou preocupação com os efeitos da proposta.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de regime de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 2.994, de 2020, que altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para dispor sobre o turismo colaborativo. Além disso, criticou adversários políticos por viverem “na terra paralela” e propagarem mentiras sobre desemprego e salário mínimo. Sustentou que o Governo anterior teria destruído políticas públicas, elevado o desemprego e reduzido o valor do salário mínimo, enquanto o Governo Lula teria reconstruído o País e deixado a situação em 2026 melhor do que em 2016.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 4.578, de 2025, que dispõe sobre as diretrizes para o desenvolvimento do futebol feminino na República Federativa do Brasil e dá outras providências. Apoiou o projeto sobre futebol feminino, afirmando que a modalidade recebeu menos visibilidade, incentivo, patrocínio e transmissão que o futebol masculino. Além disso, avaliou que a proposta estabeleceu diretrizes para orientar o Executivo, ampliou a prática esportiva e valorizou a participação feminina desde a juventude, com potencial de combater a discriminação e oferecer oportunidades sociais às meninas.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado fez um apelo ao Governador da Paraíba para que adotasse medidas em favor da segurança pública, afirmando que, após quase três meses de gestão, não houve gesto concreto ao setor. Além disso, cobrou a regularização de promoções atrasadas de policiais militares e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

bombeiros, o cumprimento integral do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) para policiais civis e penais, o respeito aos agentes socioeducativos, o escalonamento vertical e o chamamento urgente dos suplentes.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 1.361 de 2025, que torna permanentes os incentivos à indústria de reciclagem. Além disso, comemorou a condenação de Eduardo Bolsonaro pelo STF por coação no curso do processo. Criticou também a atuação do grupo político, que teria pressionado o Supremo, incentivado medidas repressivas contra Ministro da Corte e estimulado taxaço de exportações brasileiras, com prejuízo à economia, ao emprego e ao País.

Juscelino Filho (PSDB - MA) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 230, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para os fins que especifica. Afirmou que, nos últimos três anos, foram viabilizados mais de R\$ 3 bilhões em investimentos, com empréstimos subsidiados, recursos a fundo perdido e renúncia fiscal, inclusive para conectar milhares de escolas. Por fim, pediu apoio dos Parlamentares para avançar com a urgência e, depois, com o mérito da matéria.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada criticou a condenação de Eduardo Bolsonaro pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por coação no curso do processo. Afirmou que houve perseguição política contra a Direita, com falhas no devido processo legal e abuso de autoridade do STF. Além disso, defendeu a atuação de Eduardo no exterior, mencionou a recepção na Casa Branca e a articulação para classificar Comando Vermelho e PCC como organizações narcoterroristas. Por fim, manifestou solidariedade a Bolsonaro, a presos do 8 de janeiro e a outros aliados, sustentando que a Direita resistiria às tentativas de silenciamento.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 230, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para os fins que especifica. Reconheceu a relevância de universalizar o acesso à telecomunicação e apontou benefícios para a tecnologia e a saúde digital, mas afirmou que o projeto engessa o orçamento e enfraquece a responsabilidade fiscal ao proibir contingenciamento e impor gasto obrigatório.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado afirmou que o Brasil vivia uma “ditadura da toga” e criticou a decisão da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, que considerou inconstitucional. Além disso, questionou a imparcialidade do julgamento envolvendo o Eduardo Bolsonaro, alegando violação ao devido processo legal e perseguição política para afastá-lo das eleições de 2026. Por fim, manifestou solidariedade a Eduardo Bolsonaro e citou decisões de Espanha, Polônia, Itália e Estados Unidos como exemplos de respeito à legislação.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado afirmou que o Fust ficou paralisado durante o Governo Bolsonaro e passou a ser aplicado após Decreto do Presidente Lula, com recursos voltados à conexão de escolas e postos de saúde, para melhorar a rede pública. Além disso, criticou a defesa da privatização dos serviços públicos e celebrou a condenação de Eduardo Bolsonaro e de Ramagem, que classificou como foragidos e envolvidos em crimes contra a Justiça brasileira.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para a apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 230, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para os fins que especifica.

Kim Kataguiri (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para a apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 230, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para os fins que especifica.

Afonso Hamm (PP - RS) - O Deputado informou que, em articulação com a Presidência da Casa e com a liderança do Progressistas, recebeu a designação para relatar o Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que alongava a dívida dos agricultores e buscava mitigar os efeitos climáticos sobre a produção. Além disso, afirmou que o texto havia sido aprovado no Senado na semana anterior e defendeu a inclusão da matéria na pauta de votação com urgência, em apoio ao agro brasileiro.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado criticou o uso de recursos públicos para beneficiar devedores do agronegócio, afirmando que setores que se opõem à aplicação do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) na conectividade de escolas e unidades de saúde e ao uso do Fundo Social do pré-sal



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

em saúde e educação aceitam utilizar esses fundos para pagar dívidas de grandes devedores. Afirmou também que esses grupos se beneficiam de isenções, juros subsidiados e benesses do Estado, enquanto a população paga juros elevados. Acusou ainda parte do agronegócio de tomar empréstimos, não pagar financiamentos e depois buscar anistia no Congresso com apoio de Deputados financiados pelo setor.

Raniery Paulino (REPUBLICANOS - PB) - O Deputado encaminhou o requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 499, de 2024, que institui, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a Campanha Nacional de Conscientização e Prevenção das Doenças Respiratórias, denominada “Junho Violeta, Mês do Pulmão”.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado afirmou ter se reunido com o Senador Flávio Bolsonaro, a quem chamou de “próximo Presidente da República”, para tratar de compromissos com a Paraíba. Relatou que o Senador prometeu ampliar a duplicação de rodovias federais no Estado, especialmente trechos das BRs 101 e 230, além de asfaltar a BR-110, que cortaria a cidade de São Bento e ainda estaria em estrada de barro. Por fim, criticou o Presidente Lula, acusando-o de ter esquecido o Nordeste e a Paraíba, buscando votos na região e não entregue obras concretas.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado afirmou que o suposto candidato à Presidência mencionado anteriormente em discurso parlamentar teria apresentado apenas duas pautas: anistiar o pai e demais envolvidos na tentativa de golpe de Estado e entregar riquezas brasileiras, especialmente terras raras, ao governo americano. Além disso, associou o grupo a ataques às instituições, à tentativa de prejudicar a economia nacional e à destruição de empregos, concluindo que esse programa explicaria a perda de apoio político.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado questionou o Deputado Cabo Gilberto Silva sobre as promessas atribuídas ao Senador Flávio Bolsonaro para obras rodoviárias na Paraíba. Perguntou se Flávio Bolsonaro também defenderia no Estado propostas como o pagamento do trabalhador por hora, que enfraqueceria o salário mínimo mensal, e a chamada “privatização das praias”, apontada como o único projeto de maior repercussão do Senador. Por último, classificou Flávio Bolsonaro como inimigo dos trabalhadores e afirmou que o povo da Paraíba derrotaria novamente a família Bolsonaro.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado rebateu o Deputado Glauber Braga criticando o Governo Lula e afirmou que o Presidente não entregou obras ou melhorias relevantes ao Nordeste e à Paraíba. Citou problemas em saúde, educação, greve de professores, infraestrutura precária e abandono das BRs, além de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

acusar o Governo de fazer entrega parcial de um viaduto e não concluir a obra prometida. Por fim, alegou que quanto a Flávio Bolsonaro, ao menos existiria expectativa de cumprimento das promessas, diferentemente de Lula, que estaria há quase 20 anos no poder sem realizar entregas ao Estado.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 4.887, de 2023, que cria o Protocolo de Acolhimento e Atendimento às vítimas de discriminação racial e condutas análogas nos estabelecimentos de ensino do país, altera as Leis nº 13.431, de 4 de abril de 2017, e nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e dá outras providências.

Dandara (PT - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 4.887, de 2023, que cria o Protocolo de Acolhimento e Atendimento às vítimas de discriminação racial e condutas análogas nos estabelecimentos de ensino do país, altera as Leis nº 13.431, de 4 de abril de 2017, e nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e dá outras providências.

Dandara (PT - MG) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 1.157, de 2026, que altera a Lei nº 7.716, de 8 de janeiro de 1989, para instituir mecanismos de proteção e assistência integral à vítima de crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, com foco no atendimento especializado e na não revitimização.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 1.157, de 2026, que altera a Lei nº 7.716, de 8 de janeiro de 1989, para instituir mecanismos de proteção e assistência integral à vítima de crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, com foco no atendimento especializado e na não revitimização.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 1.157, de 2026, que altera a Lei nº 7.716, de 8 de janeiro de 1989, para instituir mecanismos de proteção e assistência integral à vítima de crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, com foco no atendimento especializado e na não revitimização. Além disso, criticou a extrema-direita por tentar criar subterfúgios para enfraquecer a legislação contra racismo, homofobia e violência contra a mulher, além de relativizar ataques aos Poderes quando praticados por aliados políticos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 1.157, de 2026, que altera a Lei nº 7.716, de 8 de janeiro de 1989, para instituir mecanismos de proteção e assistência integral à vítima de crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, com foco no atendimento especializado e na não revitimização.

Kim Kataguiri (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 1.157, de 2026, que altera a Lei nº 7.716, de 8 de janeiro de 1989, para instituir mecanismos de proteção e assistência integral à vítima de crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, com foco no atendimento especializado e na não revitimização.

Dandara (PT - MG) - A Deputada defendeu a urgência de um protocolo de proteção a vítimas que denunciam racismo, questionando por que, mesmo após 40 anos da Lei do Racismo, ainda não há garantia efetiva para quem toma coragem de denunciar. Relatou ter sofrido racismo em uma festa de formatura de engenharia, quando retiraram e jogaram no chão um elemento que a caracterizava como mulher negra em um ambiente elitizado. Afirmou que, após registrar boletim de ocorrência, o promotor minimizou o caso, dizendo que “o racismo estava na alma” dela, e o processo foi arquivado.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 1.157, de 2026, que altera a Lei nº 7.716, de 8 de janeiro de 1989, para instituir mecanismos de proteção e assistência integral à vítima de crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, com foco no atendimento especializado e na não revitimização. Além disso, criticou o Presidente Lula por declarações contra policiais e pediu que agentes de segurança refletissem sobre o voto, ao mesmo tempo em que cobrou união no combate ao crime organizado na Paraíba, citando a atuação do Comando Vermelho, a morte de uma pessoa e o atentado a bala contra um Vereador.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 1.157, de 2026, que altera a Lei nº 7.716, de 8 de janeiro de 1989, para instituir mecanismos de proteção e assistência integral à vítima de crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, com foco no atendimento especializado e na não revitimização.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado afirmou que o Presidente Lula teria feito promessas de campanha não cumpridas, como melhorar a economia, acabar com o sigilo, evitar indicações políticas ao Supremo Tribunal Federal e combater problemas ambientais. Além disso, sustentou que tais compromissos não se concretizaram e que isso teria representado engano ao povo brasileiro.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado apresentou acusações contra ex-Ministro do Governo Bolsonaro ligado ao crédito consignado, afirmando que houve recebimento de recursos do Banco Master e de Daniel Vorcaro. Além disso, defendeu o Projeto de Lei Complementar nº 91, de 2026, que dispõe sobre normas gerais de organização, funcionamento e responsabilidade na gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social, especialmente quanto ao modelo de aplicação dos recursos, nos termos do art. 40, §22, inciso II da Constituição Federal, e altera a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, concluindo que a Câmara deveria resistir a práticas autoritárias e a esquemas financeiros ligados ao bolsonarismo.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado criticou Jair Bolsonaro e Eduardo Bolsonaro, associando ambos a condenações, tentativa de golpe, ataques à soberania nacional e prejuízos sociais e econômicos ao País. Além disso, afirmou que o Governo Lula recuperou políticas públicas em saúde, educação, moradia, emprego e valorização do salário mínimo, e defendeu a investigação de Flávio Bolsonaro e de relações financeiras ligadas à família. Por fim, conclamou a sociedade a rejeitar retrocessos, ditadura e extrema-direita, em favor da democracia, da prosperidade e das oportunidades.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado afirmou que precisou esclarecer a população sobre a posição do PSOL, lembrando que, em 2018, o partido havia rompido com o PT e chamado Lula de ladrão, enquanto agora o defendia. Além disso, sustentou que buscou apenas usar o tempo regimental sem atrapalhar as votações e disse que era necessário restabelecer a verdade para o povo brasileiro.

Kim Kataguiri (MISSÃO - SP) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 5.500, de 2019, que altera o art. 113 do Decreto Lei 2.848, de 7 de dezembro de 2019 para impedir a prescrição da pena de condenado que foge do presídio, argumentando que a fuga não poderia premiar quem já teve o crime comprovado e a condenação transitada em julgado. Além disso, afirmou que a proposta era razoável e poderia reunir apoio amplo, inclusive de bancadas mais garantistas, para evitar que o Estado perdesse o direito de punir o criminoso e que a vítima ficasse sem justiça.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 5.500, de 2019, que altera o art. 113 do Decreto Lei 2.848, de 7 de dezembro de 2019 para impedir a prescrição da pena de condenado que foge do presídio.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 573, de 2024, que autoriza a destinação de recursos oriundos de sites, redes sociais e plataformas digitais de entes públicos aos Fundos de Cultura.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 573, de 2024, que autoriza a destinação de recursos oriundos de sites, redes sociais e plataformas digitais de entes públicos aos Fundos de Cultura.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 573, de 2024, que autoriza a destinação de recursos oriundos de sites, redes sociais e plataformas digitais de entes públicos aos Fundos de Cultura.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 573, de 2024, que autoriza a destinação de recursos oriundos de sites, redes sociais e plataformas digitais de entes públicos aos Fundos de Cultura. Além disso, criticou a não conclusão da duplicação da BR-330 na Paraíba e de viadutos previstos para março e junho, mas afirmou que, ao fim de junho, nenhuma das 12 obras havia sido entregue. Contestou novas promessas de concluir a duplicação até o quilômetro 28 da BR-330 até o fim do ano, associando os atrasos à incompetência do Governo.

Kim Katagiri (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 573, de 2024, que autoriza a destinação de recursos oriundos de sites, redes sociais e plataformas digitais de entes públicos aos Fundos de Cultura.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 4.471, de 2020, que dispõe sobre a propriedade de meteorito que atinge o solo brasileiro.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 4.913, 2025, que torna obrigatória a emissão de atestado médico para acompanhante responsável legal de crianças menores de 12 (doze) anos, pelo período em que for recomendado o repouso da criança e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 4.913, 2025, que torna obrigatória a emissão de atestado médico para acompanhante responsável legal de crianças menores de 12 (doze) anos, pelo período em que for recomendado o repouso da criança e dá outras providências.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo do Projeto de Lei nº 4.913, 2025, que torna obrigatória a emissão de atestado médico para acompanhante responsável legal de crianças menores de 12 (doze) anos, pelo período em que for recomendado o repouso da criança e dá outras providências.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do substitutivo do Projeto de Lei nº 4.913, 2025, que torna obrigatória a emissão de atestado médico para acompanhante responsável legal de crianças menores de 12 (doze) anos, pelo período em que for recomendado o repouso da criança e dá outras providências.

Kim Kataguirí (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo do Projeto de Lei nº 4.913, 2025, que torna obrigatória a emissão de atestado médico para acompanhante responsável legal de crianças menores de 12 (doze) anos, pelo período em que for recomendado o repouso da criança e dá outras providências.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo do Projeto de Lei nº 4.913, 2025, que torna obrigatória a emissão de atestado médico para acompanhante responsável legal de crianças menores de 12 (doze) anos, pelo período em que for recomendado o repouso da criança e dá outras providências.

Sargento Fahur (PL - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo do Projeto de Lei nº 4.913, 2025, que torna obrigatória a emissão de atestado médico para acompanhante responsável legal de crianças menores de 12 (doze) anos, pelo período em que for recomendado o repouso da criança e dá outras providências.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo do Projeto de Lei nº 4.913, 2025, que torna obrigatória a emissão de atestado médico para acompanhante responsável legal de crianças menores de 12 (doze) anos, pelo período em que for recomendado o repouso da criança e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

Alencar Santana (PT - SP) - O Deputado agradeceu a aprovação do Projeto de Lei nº 4.913, 2025, que torna obrigatória a emissão de atestado médico para acompanhante responsável legal de crianças menores de 12 (doze) anos, pelo período em que for recomendado o repouso da criança e dá outras providências. Explicou que a proposta surgiu de relatos de mães trabalhadoras e foi aperfeiçoada para evitar abusos. Além disso, rebateu críticas sobre custo às empresas e celebrou a votação como avanço na proteção às famílias.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado informou a garantia de R\$ 7,4 milhões em investimentos para a saúde pública do Tocantins, por meio do Novo PAC Saúde e do programa Agora Tem Especialistas, com ações em quatro Municípios. Citou a entrega de tomógrafo ao Hospital Geral de Palmas, equipamentos cirúrgicos ao Hospital Geral Dr. Francisco Ayres, apoio ao Hospital Regional de Araguaína, construção de UBS em Aurora do Tocantins e retomada da Academia da Saúde em Arapoema, defendendo que os recursos levaram estrutura e atendimento à população.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado criticou o Governo Lula por hipocrisia fiscal e afirmou que o TCU apontou irregularidades em dez medidas de renúncia de receita, com descumprimento do artigo 113 do ADCT, do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Além disso, destacou que o custo dessas medidas chegou a R\$ 4,2 bilhões em 2024 e poderá alcançar R\$ 135,5 bilhões até 2028, enquanto benefícios tributários e creditícios somaram R\$ 759 bilhões em 2025. Por fim, repudiou a postura do Executivo, cobrou respeito ao dinheiro público e rejeitou críticas do Governo ao Congresso.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada afirmou sentir-se honrada em participar da sessão solene dedicada à Agenda Legislativa Mulheres do Brasil e ressaltou a atuação do grupo, com mais de 140 mil mulheres mobilizadas em temas centrais da vida da população. Além disso, defendeu que não há democracia plena sem o enfrentamento da violência, da exclusão econômica e da sub-representação feminina, e destacou a importância do diálogo entre Parlamento e sociedade civil para formular políticas públicas. Por fim, valorizou o caráter suprapartidário da iniciativa e a transformou em compromisso institucional com os direitos das mulheres.

Vander Loubet (PT - MS) - O Deputado refletiu sobre a infância no ambiente digital, reconhecendo que as novas tecnologias ampliaram o acesso à educação e à qualificação, mas também expuseram crianças e adolescentes a conteúdos inadequados, desinformação e riscos à saúde mental, como ansiedade, depressão e isolamento social. Além disso, defendeu que o Parlamento atuasse para equilibrar inovação e proteção, com responsabilidade das plataformas e respeito às liberdades fundamentais, à luz da Constituição e do Estatuto da Criança e do Adolescente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 118.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/06/2026

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado apresentou análise dos dados da pesquisa BTG/Nexus e afirmou que, pela primeira vez, a aprovação ao Governo Lula superou a desaprovação, com 48% contra 47%, além de melhora nos índices de avaliação positiva e na percepção da situação financeira dos eleitores. Também observou otimismo cauteloso sobre os próximos meses, apontou segurança pública, saúde e corrupção como principais preocupações e destacou maior apoio entre eleitores de menor renda, do Nordeste, mulheres e pessoas com menor escolaridade. Por fim, defendeu que o Parlamento apoiasse as iniciativas do Executivo voltadas ao crescimento econômico, à inclusão social e à estabilidade institucional.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado indicou o Instituto Ayrton Senna ao Prêmio Darcy Ribeiro de Educação de 2026, em reconhecimento a mais de três décadas de atuação em favor da educação pública brasileira. Ressaltou o legado de Ayrton Senna, a contribuição da instituição para pesquisa, inovação, formação socioemocional e aperfeiçoamento de políticas públicas, bem como seu papel na redução de desigualdades e na ampliação de oportunidades para crianças e jovens. Por fim, afirmou que a homenagem representa a valorização da educação como caminho de emancipação, cidadania e desenvolvimento nacional.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado criticou a promoção de Michelli Manieri à coordenação-geral de atendimento do INSS, afirmando que a servidora havia atuado em acordos ligados à chamada “Farra do INSS”, que teria desviado 6,3 bilhões de reais de aposentados e pensionistas. Além disso, apontou pareceres favoráveis a entidades investigadas, mencionou o relatório da CPMI do INSS e sustentou que a nomeação transmitiu sinal de impunidade, em vez de responsabilização. Por fim, cobrou respostas e justiça para os beneficiários lesados.

ENCERRAMENTO